

■ **Quarto ano consecutivo de perdas para o emprego industrial gaúcho**

■ **A desinformação quanto ao resultado do CAGED de dezembro de 2017**

■ **Regime de Recuperação Fiscal: resumo da proposta de pré-acordo**

■ **Que a melhora de curto prazo não nos leve à complacência**

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Quarto ano consecutivo de perdas para o emprego industrial gaúcho

No acumulado de 2017, a economia do Rio Grande do Sul fechou 8,2 mil postos de trabalho formal, segundo os dados do CAGED divulgados na sexta (26/01) pelo Ministério do Trabalho. Mesmo consolidando o terceiro ano consecutivo de perdas, o resultado foi melhor na comparação com os dois anos anteriores, onde os cortes foram de 53,5 mil empregos em 2016 e de 94,2 mil em 2017.

Entre os grandes setores da economia gaúcha, somente os Serviços (+5,8 mil) abriram vagas no ano passado, puxados pelo bom desempenho do Comércio (+6,4 mil). A recuperação cíclica da economia, com a combinação de juros e inflação em queda, melhorou o poder de compra da população e impactou positivamente a atividade do setor terciário. Além disso, como fator adicional de impulso, houve a liberação para saque dos saldos das contas inativas do FGTS.

Já na Agropecuária, apesar do bom desempenho das safras de grãos e de tabaco no ano passado, houve perda de 1,6 mil empregos, com desempenho ruim principalmente nos segmentos de Produção de sementes certificadas (-1,0 mil), Produção florestal – florestas plantadas (-485) e Criação de bovinos (-336).

Por fim, novamente, a Indústria foi o setor que fechou mais empregos entre os grandes setores do Estado. Com a perda de 12,4 mil postos com carteira assinada, o setor secundário gaúcho amargou o quarto ano de extinção de empregos, com saldo negativo em todos seus subsetores: Transformação (-5,8 mil),

Construção (-4,2 mil), Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP (-2,0 mil) e Extrativa (-407). Com exceção dos SIUP, que engloba a produção e distribuição de eletricidade, gás, água e saneamento, as perdas foram menores que as verificadas em 2016.

O segmento com maior perda de vínculos na Indústria de Transformação em 2017 foi o de Couro e calçados (-3,1 mil), sendo que em 2016 foi que mais gerou vagas. Também apresentaram desempenho ruim o ramo de Outros equipamentos de transporte (-1,6 mil), que envolve a fabricação de embarcações, e de Minerais não metálicos (-672), segmento que produz insumos para a Construção (cimento, vidros, cerâmica, etc). Já os destaques positivos vieram de Veículos automotores (+1,8 mil), Borracha e plástico (+696) e Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos (+181).

Portanto, os dados do CAGED confirmam que a melhora do mercado de trabalho gaúcho segue em curso, ainda que de forma lenta. A continuação da recuperação da atividade econômica, a melhora nos indicadores de confiança e níveis civilizados de inflação e juros, além da reforma trabalhista que entrou em vigor em novembro, são fatores que devem favorecer a geração de empregos ao longo de 2018. Nossas projeções contidas no Balanço Econômico 2017 e Perspectivas 2018, divulgadas em dezembro do ano passado, apontam para a geração de 55,5 mil empregos no Rio Grande do Sul, sendo 21,4 mil na Indústria.

A desinformação quanto ao resultado do CAGED de dezembro de 2017

Segundo os dados do CAGED, do Ministério do Trabalho, o Brasil perdeu 20,8 mil postos de trabalho com carteira assinada em 2017. Foi o terceiro ano consecutivo de saldo negativo no emprego formal, mas com fechamento de vagas significativamente inferior ao registrado nos dois anos anteriores: -1,5 milhão em 2015 e -1,3 milhão em 2016.

Entre os grandes setores, houve geração de empregos na Agropecuária (+34,5 mil) e nos Serviços (+83,6 mil), enquanto a Indústria cortou 138,9 mil vínculos, sobretudo na Construção (-116,1 mil). No entanto, apesar de um resultado ainda negativo, houve uma forte desaceleração na perda de empregos no setor industrial quando comparado ao ano anterior, onde a perda passou dos 725 mil empregos.

Após a divulgação dos dados na semana passada, os holofotes se voltaram ao resultado de dezembro que se mostrou bastante negativo. No último mês do ano foram perdidos 328,5 mil postos de trabalho no país, o pior resultado mensal de 2017. Especial atenção foi dada a esta divulgação não somente por apresentar forte fechamento de vagas, mas principalmente por ser o segundo mês de vigência da nova legislação trabalhista. Diversas “análises” se espalharam com conclusões de que a reforma trabalhista prejudicou geração de

empregos.

No entanto, se analisarmos os dados históricos, o mês de dezembro sempre é o que apresenta maior fechamento de vagas. Inúmeros motivos influenciam para que a sazonalidade do período seja negativa. Na Indústria, por exemplo, as encomendas de Natal já foram produzidas e entregues ao comércio. A Agropecuária encontra-se no período de entressafra. O setor de ensino costuma demitir com o fim do período letivo. Na Construção diversas obras param em função das chuvas em algumas regiões do país.

Portanto, a menos que se use algum método estatístico para retirar os efeitos sazonais da série de dados, o resultado de dezembro deve ser comparado com os meses de dezembro dos anos anteriores. Nessa ótica, o resultado de 2017 foi o melhor para o mês desde 2007, mostrando que a recuperação do emprego ao longo do ano passado continuou em dezembro.

Além disso, com os dados disponíveis até o momento, não é possível avaliar os impactos das mudanças na legislação na geração de empregos. Empresas e trabalhadores precisam se adaptar às novas regras e somente com um maior período de observação, além do uso de boas técnicas estatísticas, será possível tirar alguma conclusão razoável.

Regime de Recuperação Fiscal: resumo da proposta de pré-acordo

Deve ser votada nos próximos dias, pela Assembleia Estadual, a autorização para a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). A adesão ao RRF parece ser a única medida de curto prazo capaz de mitigar o delicado momento fiscal do Estado, e evitar o seu colapso financeiro e social.

O plano prevê carência total dos pagamentos da dívida com a União por 36 meses, prorrogáveis por mais 36. Contudo, em caso de postergação, os descontos serão decrescentes ao longo dos três anos restantes. A seguir, apresentaremos os principais pontos da proposta de pré-acordo, conforme divulgado pela Secretaria da Fazenda Estadual.

Primeiramente, além da carência da dívida, o Estado está propondo também a carência das demais dívidas (incluindo os contratos com organismos internacionais). Seriam mais R\$ 1,6 bi de alívio até 2020.

Entre as medidas de equilíbrio fiscal, propostas ao longo do RRF, há o ingresso de recursos oriundos de privatizações da CEEE (R\$ 1,6 bi, sendo R\$ 1 bi em 2019 e R\$ 600 mi em 2020); CRM (R\$ 160 mi, sendo R\$ 100 mi em 2019, e R\$ 60 mi em 2020); e, Sulgás (R\$ 440 mi, em que R\$ 275 mi ingressariam em 2018 e R\$ 165 mi em 2019). Além disso, o Estado prevê obter R\$ 8 bi em empréstimos, em 2020, para o pagamento de precatórios.

Entre as principais medidas de ajuste se destacam: i) prorrogação da vigência das atuais alíquotas de ICMS a partir de 2019 (estima-se que gere uma receita de R\$ 12,3 bi); ii) incremento dos ressarcimentos da Lei Kandir, totalizando R\$ 20,2 bi entre 2018 e 2023; iii) ações judiciais de ICMS sobre cesta básica e assinatura básica de telefonia (R\$ 416 mi em 2018); iv) saída da participação acionária do BRDE (R\$ 780 mi em 2018); v) reversão das perdas do Fundeb (o Estado espera recuperar cerca de R\$ 8,2 bi a partir de 2021); vi) alienação de Imóveis (total de R\$ 166 mi até 2023); vii) estoque dos valores do Comprev, que faz a compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS (espera-se arrecadar R\$ 1,2 bilhão até 2023); viii) Programa Fomentar RS (R\$ 250 mi em 2017); ix) compensação de precatórios por dívida ativa (R\$ 208 mi até 2023); x) gestão de compras via Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) (R\$ 512 mi até 2023); e, xi) gerenciamento das despesas (R\$ 194 mi até 2023).

A dura conclusão é a de que o plano ajuda, mas definitivamente não é a solução da questão fiscal do estado. A situação atual é resultado de uma história de irresponsabilidade fiscal, agravada ainda pela crise econômica recente. O principal problema está no lado dos gastos, não das receitas. As despesas com previdência e pessoal e encargos corresponderam a 72,7% da Receita Corrente Líquida, e tendo crescido historicamente acima da arrecadação.

Que a melhora de curto prazo não nos leve à complacência

O título desse texto é baseado em uma entrevista do Prêmio Nobel de economia de 2001, Joseph Stiglitz, para a revista Exame. A preocupação do economista diz respeito à como o otimismo do mercado com a recuperação mundial pode diminuir as preocupações com os problemas estruturais na economia.

É impossível não fazer um paralelo entre o alerta que Stiglitz faz para economia global e o otimismo que começa a florescer na economia brasileira. Após três anos de recessão, a recuperação cíclica já era esperada. A condução da política monetária controlou a inflação e abriu espaço para quedas nos juros. Mais do que isso, as projeções de médio prazo apontam para juros e inflação em patamares mais baixos nos próximos anos.

Dessa forma, mantemos a nossa projeção de crescimento robusto para a economia brasileira e gaúcha em 2018. Além disso, o comportamento inercial dos ciclos econômicos nos faz crer que os próximos anos, 2019 e 2020, também têm grande possibilidade de serem de expansão.

Entretanto, esse maior otimismo não decorre apenas da tímida retomada do crescimento e das condições monetárias mais adequadas. Medidas estruturais importantes foram aprovadas e, essas sim, têm possibilitado que o mercado faça uma leitura mais

colorida do nosso futuro. Entre as medidas se destacam a PEC do teto dos gastos, a regulamentação da terceirização, a reforma trabalhista, e o início do processo de privatização da Eletrobrás.

Entretanto, o desenvolvimento a longo prazo depende de décadas consecutivas de avanço. Os países que conseguiram vencer a pobreza e a armadilha da renda média foram aqueles que experimentaram anos de aprimoramento no ambiente de negócios, de investimentos em infraestrutura e de melhora nos indicadores de educação. Não se desenvolve com períodos curtos de elevado crescimento.

Definir se esse rompante reformista decorre apenas do desespero de um País que afundou na maior crise da sua história, ou se a crise serviu para uma mudança definitiva de rumos é o que estará em jogo para a manutenção desse cenário otimista. O Brasil apenas mudou a posição das velas, mas ainda há todo um caminho a percorrer na aprovação das reformas da Previdência, Tributária e da estrutura administrativa do estado.

Qualquer que seja o rumo do país após 2018, o sucesso só será obtido quando nos distanciarmos do populismo e, acima de tudo, se estivermos dispostos a contrariar grupos de interesse.